

**O COMITÉ AFRICANO DE PERITOS SOBRE OS DIREITOS E O BEM-ESTAR DA CRIANÇA RELATIVO , A MISSÃO DE SENSIBILIZAÇÃO PARA A APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA CARTA AFRICANA DOS DIREITOS E DO BEM-ESTAR DA CRIANÇA
17 A 20 - ABRIL 2023, REPÚBLICA DE CABO VERDE**

- VII. **Objetivo da Missão:** Defender a apresentação do relatório inicial sobre a implementação da Carta Africana dos Direitos e do Bem-Estar da Criança (ACRWC) na República de Cabo Verde de 17 a 20 de abril de 2023.
- VIII. **VIII. Objectivos do Comité Africano de Peritos sobre os Direitos e o Bem-Estar da Criança (CAEDBE) nesta missão** Discutir a sobre a Carta, o Comité e o seu mandato com os ministérios competentes e a sociedade civil, e encorajar o Governo de Cabo Verde a cumprir a sua obrigação decorrente da ratificação da Carta Africana dos Direitos e do Bem-Estar da Criança (CADHP) em 1993, em particular a apresentação do relatório inicial sobre as medidas tomadas para implementar a referida Carta. Os seus objectivos específicos eram os seguintes :
- Identificar as razões que dificultam a apresentação do relatório e apresentar recomendações sobre a forma de resolver os desafios identificados;
 - Esclarecer os passos práticos na preparação e apresentação do relatório e prestar assistência no processo;
 - Reforçar a relação entre o Comité e o Governo de Cabo Verde na promoção e proteção dos direitos da criança;
 - Trocar pontos de vista e partilhar experiências práticas com o Governo da República de Cabo Verde, bem como com outros actores que trabalham no domínio dos direitos da criança no país;
 - Promover a CADBE e trocar informações com as autoridades cabo-verdianas sobre as medidas que o Governo tomou ou tenciona tomar para implementar a Carta;

- Incentivar as ONGs e as NHRIs a candidatarem-se ao estatuto de observador/afiliado do CAEDBE;

- Obter um compromisso firme e um calendário para a apresentação do relatório.

IX. **Resultados e realizações esperados da Missão:** Obter o compromisso do Governo de apresentar um relatório sobre a implementação da Carta. Isto permitirá ao CAEDBE acompanhar eficazmente a situação dos direitos das crianças em Cabo Verde, registar as realizações da República de Cabo Verde na implementação da Carta e avaliar a situação dos direitos e do bem-estar das crianças Cabo-verdianas e promover o CADBE.

X. **Lista das delegações:** A delegação é composta por (i) membros do (ACERWC) CAEDBE: O ilustre Wilson Almeida Adão, Relator Nacional, Chefe de Delegação, e Theophane Nikyema; e (ii) funcionários do Secretariado do CAEDBE: Wendyam Philippe Sekone, Responsável pelos Direitos da Criança, Aouatef Mahjoub, Responsável Jurídico, e Chiti Kampamba Mwatula, Assistente Administrativo.

XI. Metodologia

Durante esta missão, os membros da delegação do Comité reuniram-se com membros do Governo de Cabo Verde, do Ministério da Família, da Inclusão e do Desenvolvimento Social, do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ministério da Justiça, bem como com o mecanismo nacional responsável pela coordenação do processo de apresentação de relatórios, a Comissão Nacional dos Direitos Humanos, o Instituto Cabo-Verdiano para a Infância e Adolescência (ICCA), OSC e outras partes interessadas. A Comissária também visitou estruturas de acolhimento de crianças e organizou um workshop de reforço de capacidades.

VI. Resumo da missão

Entre 17 e 19 de abril de 2023, o Comité reuniu-se com representantes de vários departamentos governamentais e organizações parceiras, nomeadamente:

1. **Visita de cortesia ao Ministro de Estado, Ministro da Família, da Inclusão e do Desenvolvimento Social, Dr. Fernando Elisio Freire.**

No dia 17 de abril de 2023, a delegação fez uma visita de cortesia a Sua Excelência o Ministro de Estado, Ministro da Família, da Inclusão e do Desenvolvimento Social, Dr. Fernando Elisio Freire. O Ministro manifestou o empenho e a vontade política do Governo da República de Cabo Verde em promover e proteger os direitos das crianças. Sublinhou a necessidade de trabalhar a nível continental e de priorizar o desenvolvimento de uma relação de trabalho estreita com o Comité. Afirmou igualmente a vontade e o empenho do seu governo em reforçar as relações com os órgãos da União Africana e em assegurar a realização dos objectivos da missão. Por último, comprometeu-se a preparar o relatório e a apresentá-lo ao Comité num futuro próximo.

2. Encontro com o Instituto Cabo-verdiano para a Infância e Adolescência (ICCA)

Os membros da delegação encontraram-se com a Presidente do Instituto Cabo-verdiano para a Infância e Adolescência (ICCA), Maria Medina Silva, e com a sua equipa. A delegação apresentou os objectivos da missão, que consistiam em defender a apresentação do relatório inicial sobre a implementação da Carta e em partilhar as boas práticas existentes em matéria de proteção da criança, a fim de enfrentar os desafios da implementação da Carta. Para o efeito, a delegação pretendia saber qual o papel que o CICA poderia desempenhar no processo de elaboração do relatório e de recolha de dados sobre a situação das crianças.

A presidente do ICCA fez uma breve apresentação do Instituto Cabo-Verdiano de Infância e Adolescência (ICCA) e seu trabalho na proteção à infância em Cabo Verde. Ela indicou que o ICCA é uma instituição encarregada da promoção e implementação da política social em relação às crianças e adolescentes em Cabo Verde, com sede em Praia e com representantes em todas as ilhas de Cabo Verde.

Relativamente à situação dos direitos das crianças em Cabo Verde, a Presidente reconheceu que ainda existem muitos desafios. Por exemplo, informou a delegação de que existem preocupações sobre a violência sexual e que o crime mais grave e generalizado em Cabo Verde é o abuso sexual. A Presidente afirmou que, de acordo com os dados do Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA), em 2021, foram registados 200 casos, e acrescentou que haveria um ligeiro aumento no número de casos de abuso sexual e violação perpetrados contra menores em 2022. O presidente do ICCA declarou que foi elaborado um plano nacional trienal para combater o abuso sexual de crianças e garantir a plena aplicação da lei sobre o assunto.

No que diz respeito às medidas legislativas adoptadas, indicou que a revisão do Código Penal em 2022 dizia respeito às disposições relativas aos abusos sexuais, à idade mínima de responsabilidade penal, que é agora de 16 anos, e à idade das penas privativas de liberdade, que foi aumentada de 14 para 16 anos.

No que respeita à denúncia de crimes, o ICCA dispõe de linhas directas para onde as pessoas podem ligar para denunciar crimes ou abusos: um número verde 8001020 e outro número 132 ligado à Polícia Judiciária Nacional. Foi referido que o ICCA trabalha em coordenação com os serviços da polícia nacional, os centros de saúde e o Ministério da Educação, que desempenham um papel fundamental no processo de resposta aos casos denunciados, incluindo investigações e acções penais, cuidados de saúde e apoio psicológico e ajuda à reintegração social das vítimas. Por seu lado, no caso de denúncias de exploração sexual de crianças e de outros tipos de denúncias que recebe, o ICCA assegura que os casos denunciados são investigados e depois transmitidos ao Ministério Público ou à Polícia Judiciária, a fim de garantir o seu acompanhamento pelas autoridades competentes, para processar e punir os autores desses actos.

No que respeita ao sistema de ensino, a delegação foi informada de que o acesso ao ensino pré-escolar é gratuito para todas as crianças. Embora o ensino primário seja gratuito, o ensino secundário e universitário não o são. É neste contexto que o ICCA está a trabalhar para garantir que o ensino secundário e superior seja gratuito para as crianças

que vivem com uma deficiência. Por exemplo, o ensino pré-primário gratuito ainda não está em vigor, o que significa que as mães que cuidam dos seus filhos com baixos rendimentos não podem trabalhar.

Em termos de proteção da criança, a Presidente do ICCA explicou que a sua instituição reage aos perigos de certas situações para garantir que a criança vítima seja mantida afastada do agressor, porque em Cabo Verde, na maioria dos casos, os agressores são regularmente familiares ou conhecidos da família. A Presidente do ICCA referiu que existem estruturas de acolhimento de crianças que foram criadas e são geridas pelo Instituto Cabo-verdiano da Criança, incluindo centros de emergência para crianças, que acolhem crianças maltratadas, crianças vítimas de violência sexual, abuso, negligência ou abandono, nos quais o instituto oferece soluções adaptadas às suas necessidades, bem como apoio abrangente, incluindo assistência psicológica e ajuda à reabilitação e reintegração social para evitar que essas crianças voltem a ser vítimas de violações. Existem também centros de dia onde as crianças recebem apoio educativo e actividades de lazer para as manter fora das ruas ou em casa sozinhas. Isto também ajuda a mantê-las afastadas de situações de risco enquanto os pais trabalham. Existem também centros criados no âmbito do projeto *Nôs Kaza* (a nossa casa), que acolhem crianças e permitem uma intervenção rápida e atempada, com as necessárias medidas de proteção. Foi referido que o ICCA tem como objetivo o acolhimento temporário de crianças em risco e a sua posterior reintegração na família. No entanto, no caso de crianças abandonadas, o ICCA pode encaminhá-las para os serviços responsáveis pela adoção, ou seja, o Ministério Público na sua qualidade de autoridade central para a adoção internacional.

No que diz respeito ao apoio alimentar e à luta contra a pobreza, o CISC presta assistência e apoio às crianças e às suas famílias no acesso às pensões alimentares.

Em 2020, a ICCA realizou várias iniciativas para prevenir as piores formas de trabalho infantil e promover a reintegração de crianças na escola. Ela acrescentou que várias atividades e campanhas de conscientização também são realizadas com o objetivo de reintegrar as crianças que vivem na rua em suas famílias e no sistema escolar. Foi salientado que as crianças que trabalham na economia informal em Cabo Verde estão no centro das ações empreendidas pelo governo. A presidente do ICCA informou a delegação que o governo planeja revisar a Lista Nacional de Trabalhos Perigosos para Crianças adotada pela Lei N° 113 de 10 de Março de 2016 para revisar e fortalecer a luta contra as piores formas de trabalho infantil.

Na sequência destas intervenções, os membros da delegação elogiaram as acções do ICCA no país em matéria de promoção e proteção dos direitos da criança, salientando que Cabo Verde tem sido reconhecido como um país exemplar na realização dos direitos da criança.

Os membros do Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente salientaram que o governo tem agora uma comissão interministerial no Gabinete do Primeiro-Ministro, responsável pela elaboração de relatórios e pela implementação de recomendações. Por isso, o ICCA não faz parte da Comissão, mas tem um papel muito importante, pois fornece todas as informações devido ao seu acesso a todos os dados.

No final do encontro, ao mesmo tempo que se congratulava com a iniciativa e o interesse do ACERWC (CAEDBE) por Cabo Verde, a Presidente do ICCA exprimiu o seu desejo de estabelecer relações ainda mais estreitas com o Comité. O ICCA comprometeu-se então a fazer tudo o que estiver ao seu alcance para apoiar o governo no processo de elaboração do relatório.

3. Reunião com o gabinete conjunto do PNUD, UNFPA e UNICEF em Cabo Verde

A delegação encontrou-se com o gabinete conjunto do PNUD, FNUAP e UNICEF, liderado pelo Sr. **David Matern**, representante do gabinete conjunto, para se inteirar da situação das crianças no país e para defender o apoio do gabinete ao Governo da República de Cabo Verde na preparação do relatório sobre a implementação da Carta ao Comité.

O representante do gabinete indicou que a UNICEF está a desenvolver técnicas para a proteção das crianças no país e apoia o governo na definição de políticas e na implementação de convenções e leis para a proteção das crianças cabo-verdianas. O governo de Cabo Verde está muito empenhado na proteção da criança e existe uma estreita colaboração com o gabinete.

Acrescentou que o governo tem um plano de desenvolvimento nacional e que o seu gabinete trabalha em estreita colaboração com os ministérios (Ministério da Família, Ministério da Justiça, Ministério da Educação) e com as instituições e ONG que trabalham na proteção dos direitos das crianças em Cabo Verde.

Ele também informou à delegação que o UNICEF apoiou a grande reforma já realizada sobre crimes sexuais contra crianças, que levou à revisão do código penal e à revisão do código de processo penal em 2021, bem como à adoção de um plano de ação nacional para prevenir e combater a violência sexual 2022-2024. Acrescentou que o processo de reforma continuava com o Estatuto da Criança e do Adolescente, que tinha sido adotado em 2014 e estava atualmente a ser revisto.

A delegação foi informada de que existe um programa entre o Gabinete Conjunto do PNUD, UNFPA e UNICEF e o governo de Cabo Verde, para apoiar o país nos seus esforços para desenvolver as crianças na educação, saúde e proteção social através de assistência técnica. As três agências afirmaram o seu firme compromisso em apoiar o país nos seus esforços de desenvolvimento através da adoção de políticas e estratégias que visam o reforço do sistema de proteção da criança, bem como a existência de vários programas em curso, alinhados com o programa nacional e também com a Agenda 2030 das Nações Unidas.

No que diz respeito ao registo de crianças à nascença, a delegação foi informada de que a Unicef tem apoiado o país desde 2013 para iniciar o registo de nascimento, o que levou à criação de um serviço de registo de nascimento gratuito e universal. Foram organizadas campanhas de sensibilização do público e formação para funcionários públicos sobre o direito de registar uma criança imediatamente após o nascimento.

O representante reconheceu que havia ainda muitos desafios a enfrentar, em especial a violência baseada no género e a violência sexual. Ele disse que as três agências da ONU estavam a trabalhar em estreita colaboração com o ICCA, especialmente após a Covid-

19, para minimizar os efeitos da VBG. O UNICEF também apoiou o Ministério da Justiça na criação de três salas especiais para exames forenses para crianças vítimas de violência sexual, bem como na criação do Instituto de Ciências Forenses e Medicina Legal do país.

No que diz respeito à questão do relatório ao ACERWC (CAEDBE), a delegação foi informada de que a UNICEF tem estado muito ativa na ajuda ao país para implementar as convenções e protocolos e comprometeu-se a fazer o mesmo para a preparação do relatório do país sobre a implementação da Carta Africana dos Direitos e do Bem-Estar da Criança, tal como tinha feito para a Convenção sobre os Direitos da Criança.

Os membros da delegação elogiaram os esforços desenvolvidos pelo gabinete conjunto do PNUD, do FNUAP e da UNICEF em Cabo Verde e agradeceram ao Representante e ao seu pessoal as informações fornecidas à delegação e o papel desempenhado por este gabinete conjunto no apoio ao governo no processo de elaboração dos relatórios.

4. Visita de cortesia ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação e da Integração Regional.

A delegação foi recebida pela representante do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sua Excelência a Senhora Maria de Fátima Almeida Santos, Directora Nacional de Política Externa do Ministério.

A delegação exprimiu a gratidão do Comité à República de Cabo Verde pelo acolhimento da missão. Apresentou as razões que levaram o Comité a visitar Cabo Verde, indicando que a República de Cabo Verde foi um dos primeiros Estados Membros da União Africana a ratificar a Carta. A delegação informou que o objetivo desta missão é defender a apresentação do relatório pelo governo, avaliar os progressos e partilhar experiências e desafios relacionados com a preparação do relatório nacional a nível nacional. A delegação felicitou o governo pelos progressos realizados na promoção e proteção dos direitos da criança em Cabo Verde, em particular com a criação do comité interministerial responsável pela elaboração dos relatórios.

A Sra. Maria de Fátima Almeida Santos agradeceu à delegação pela visita a Cabo Verde e afirmou que a proteção da criança está no centro das preocupações do Governo, que garante que todas as crianças possam usufruir dos seus direitos. Concordou que ainda há muito a fazer, nomeadamente na luta contra a violência sexual, as piores formas de trabalho infantil e o registo de nascimento. Afirmou também que o país está a trabalhar para fortalecer o sistema de proteção e melhorar a situação das crianças em Cabo Verde, em coordenação com os ministérios e instituições envolvidas nos direitos das crianças. A Directora Nacional de Política Externa do Ministério manifestou a vontade do governo em cooperar com o Comité e afirmou o empenho de Cabo Verde em acelerar o processo para que o relatório possa ser apresentado ao Comité em tempo útil.

5. Visita ao centro de emergência infantil de Achada Limpo

A delegação do Comité visitou o centro de emergência para crianças de Achada Limpo, gerido pelo Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente. O centro foi criado para

acolher crianças maltratadas e abandonadas com o objetivo de as reintegrar nas suas famílias ou noutras estruturas de acolhimento.

Os membros da delegação visitaram todas as salas e espaços do centro (centro de saúde, centro de leitura e de actividades educativas, sala de trabalhos de casa e de educação, espaço de lazer). Verificaram que o centro está aberto todos os dias e funciona ininterruptamente, com uma capacidade de 30 crianças dos 0 aos 17 anos, na sua maioria vítimas de maus tratos, abusos sexuais, abandono e negligência familiar. O centro presta cuidados multidisciplinares por profissionais e técnicos de educação, saúde e psiquiatria.

Foi referido que a UNICEF e as ONG prestam apoio material e financeiro aos centros e contribuem para os custos das várias actividades oferecidas no centro. Existe também um protocolo de admissão e reintegração no centro, uma vez que todas as crianças do centro foram objeto de uma ordem de colocação. Os profissionais que trabalham no centro recebem também uma formação contínua sobre os diferentes aspectos do seu trabalho e da proteção das crianças.

Os membros da delegação apreciaram o trabalho realizado neste centro e congratularam-se com os esforços desenvolvidos pelo ICCA para assegurar a proteção das crianças. Os membros do Comité informaram igualmente os representantes do ICCA que o Comité tinha elaborado um estudo continental sobre as crianças sem cuidados parentais e que as recomendações poderiam ser-lhes úteis no seu trabalho.

6. Reunião com a Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC).

A delegação do Comité visitou a Comissão Nacional dos Direitos do Homem e da Cidadania de Cabo Verde (CNDHC). A Presidente, Eurídice Mascarenhas, sublinhou que o papel da Comissão é de proteger, promover e reforçar os direitos humanos, a cidadania e o direito internacional humanitário em Cabo Verde. Com autonomia e independência em relação aos poderes públicos e aos interesses privados, funciona como um órgão de consulta e de acompanhamento das políticas públicas nos domínios da sua competência. Informou também a delegação que, desde 2018, a Comissão funciona como um mecanismo preventivo e a luta contra a tortura permite-lhe efetuar visitas no terreno aos locais de detenção (prisões, esquadras de polícia, centros de acolhimento de idosos e crianças, centros de detenção).

A Comissão é responsável pelo registo de queixas e denúncias, pelo tratamento dos dados que lhe são remetidos e pela promoção da cultura dos direitos humanos a nível nacional e internacional.

A Presidente da CNDHC referiu que, de acordo com os dados disponíveis, a violência sexual contra menores é uma das violações dos direitos da criança mais generalizadas no país. Sublinhou que um dos factores que contribuem para esta situação é a questão das famílias monoparentais. Por esta razão, a Comissão lançou uma campanha nacional "Eu sou pai" e está a organizar conferências, debates e visitas em todo o país para sensibilizar a comunidade e promover a paternidade responsável. A CNDHC elaborou um estudo sobre o perfil dos condenados por crimes de violência sexual contra menores,

com o objetivo de conhecer o perfil e pôr em prática medidas de prevenção e intervenção junto destas pessoas nas prisões. Reconheceu-se, no entanto, que apesar das intervenções muito objectivas realizadas, há ainda muito trabalho a fazer para erradicar este fenómeno.

Quanto à questão da elaboração do relatório, foi afirmado que antes da criação da comissão interministerial para a elaboração dos relatórios, o papel da comissão era facilitar o contacto com as partes e validado pelo governo. O atual papel da CNDHC neste comité interministerial consiste em prestar apoio técnico. Acrescentou-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a criação de um Observatório da Criança no âmbito da CNDHC, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre as questões da criança e do adolescente e a recolha de dados. Este observatório facilitará a elaboração de relatórios no futuro, uma vez que um dos desafios que dificultam a elaboração atempada de relatórios é a falta de dados centralizados e sistematizados. O CNDHC declarou que continuaria a acompanhar a questão do relatório junto do governo e manifestou a sua vontade de solicitar o estatuto de membro do Comité e de participar nos seus trabalhos.

O Chefe de Delegação agradeceu à Presidente do CNDHC e ao seu pessoal o tempo que dedicaram à delegação do Comité. Apreciou o trabalho efectuado e o apoio dado a outras instituições na recolha de dados. Por último, manifestou o desejo de que o Observatório se torne efetivamente operacional para facilitar a implementação da Carta em Cabo Verde.

7. Visita de cortesia ao Ministro da Justiça :

A delegação do Comité Africano de Peritos sobre os Direitos e o Bem-Estar da Criança encontrou-se com a Sra. Joana Rosa, Ministra da Justiça.

A Ministra agradeceu aos membros da delegação do Comité pelo seu interesse no seu país e por terem vindo informar-se sobre a situação dos direitos da criança. A Ministra assegurou à delegação o empenho do seu Governo na promoção e proteção dos direitos da criança. Sublinhou que o governo já tinha feito grandes progressos na proteção da criança, particularmente nas áreas da saúde, registo de nascimento, educação, proteção social, esforços para consolidar um sistema de justiça mais favorável à criança, reformas legislativas e criação de instalações para crianças.

Ela acrescentou que o seu país tem um Estatuto da Criança e do Adolescente, que está atualmente a ser revisto em colaboração com o ICCA e outras instituições e ministérios relevantes. O seu ministério também estabeleceu o objetivo de criar um quadro conducente à proteção das crianças, desenvolvendo uma série de medidas políticas para proteger as crianças em risco, as crianças expostas à violência, as crianças de rua e as crianças em conflito com a lei.

No que diz respeito aos esforços desenvolvidos para assegurar um sistema de justiça mais favorável às crianças, a Ministra indicou que o governo criou o centro socioeducativo Orlando Pantera para acolher os menores em conflito com a lei e está a implementar medidas e penas alternativas à detenção de menores. Acrescentou que em Cabo Verde, com a reforma do Código Penal, a idade mínima de responsabilidade penal

é atualmente de 16 anos. No entanto, para os menores com idades compreendidas entre os 12 e os 15 anos, a lei prevê um sistema de medidas sócio-educativas que lhes permite serem enviados para um centro de reeducação e receberem formação profissional e reinserção social com assistência psico-social.

No âmbito da luta contra a violência contra as crianças, a Ministra informou a delegação do Comité sobre a criação de "Salas de Escuta" nas grandes cidades da Praia, Mindelo, Boa Vista e Sal, onde as crianças vítimas são acolhidas e assistidas, com toda a proteção durante todo o processo judicial. Acrescentou que, neste contexto, o governo adoptou uma série de medidas, incluindo a adoção de um plano de ação nacional para prevenir e combater a violência sexual contra crianças (2022-2024) e a adoção de uma estratégia nacional de comunicação para prevenir e combater a violência sexual.

Ainda no sentido de reforçar a proteção das crianças portadoras de deficiência, a Ministra referiu que o governo adoptou várias políticas e programas que prevêm medidas de inclusão a favor das crianças portadoras de deficiência, tais como o direito a uma pensão social para crianças com dificuldades particulares, o direito ao acesso gratuito à educação, e que estão também previstas a instalação de infra-estruturas adaptadas às suas necessidades.

Por último, a Senhora Ministra comprometeu-se, em nome do Governo, a tomar todas as medidas necessárias para cumprir as suas obrigações em matéria de apresentação de relatórios no âmbito do CADBE. Para o efeito, serão lançados os trabalhos da Comissão Interministerial para a preparação dos relatórios nacionais sobre os direitos humanos. Concluiu expressando a vontade do governo de fortalecer a colaboração e a interação com o ACERWC (CAEDBE) e de participar nas sessões estatutárias do Comité..

8. Reunião com o comité municipal de defesa dos direitos da criança de São Domingos:

A delegação visitou o município de São Domingos e discutiu com os membros do Comité Municipal de Defesa dos Direitos da Criança sobre o seu papel na proteção dos direitos da criança.

A representante do Comité Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente fez uma breve apresentação do comité, indicando que se trata de um órgão administrativo a nível municipal, composto por representantes de instituições públicas e privadas, que foi criado ao abrigo do Estatuto da Criança e do Adolescente e que presta serviços no município para promover e proteger as crianças e adolescentes no município e desenvolver soluções adequadas para os seus problemas. Em seguida, ela apresentou o plano de atividades da comissão, que se baseia em 8 áreas de intervenção: direito à saúde e ao desenvolvimento; direito à educação; direito à convivência familiar e comunitária; direito à cultura, ao esporte e ao lazer; direito à proteção contra a violência; direito à participação de crianças e adolescentes; proteção de crianças contra a exploração e as piores formas de trabalho infantil; e fortalecimento do sistema de proteção.

Com o objetivo de apoiar e promover as crianças e jovens de São Domingos, a comissão trabalha com a comunidade de São Domingos para desenvolver soluções adequadas aos seus problemas, em parceria com a Câmara Municipal e outros membros da Comissão Municipal. Mencionou que tinham sido realizadas três actividades relacionadas com a proteção das crianças e dos adolescentes, nomeadamente acções de sensibilização junto da comunidade e dos pais, com o objetivo de promover a fixação de valores e de responsabilidades em torno dos direitos das crianças e dos adolescentes e sobre os sinais de alerta da violência sexual com psicólogos e conselheiros.

A delegação foi informada de que estão a ser tomadas iniciativas para assegurar o transporte escolar e o acesso aos cuidados de saúde, incluindo medicamentos e óculos. A Câmara Municipal concede igualmente um apoio financeiro (cerca de 300 CVE) às crianças de famílias pobres.

Todos os anos, o Comité Municipal comemora o Dia da Criança Africana (DAAC) em todas as escolas e centros.

Desde 2022, está a ser reforçado um quadro de colaboração e o Comité de Proteção da Criança e do Adolescente está a finalizar um protocolo entre as câmaras municipais, o ICCA e os diferentes serviços do Estado. A assinatura desse tipo de convênio, que está condicionada à finalização da revisão do Estatuto da Criança e do Adolescente, fortalecerá a sinergia de ações para o atendimento integral das crianças pelo Comité Municipal.

A apresentação também destacou os desafios impostos pela pobreza, que tem um impacto direto na realização dos direitos das crianças. A situação é agravada pelo fenómeno das famílias monoparentais, o que mostra a necessidade urgente de revitalizar o comité e desenvolver actividades para que a cidade possa dar respostas mais rápidas e adequadas a todas as situações vividas pelas crianças, em particular a violência e os abusos.

Os membros da delegação do Comité congratularam-se com a criação deste comité local no âmbito da arquitetura de acompanhamento da aplicação dos direitos da criança no país. Isto permitirá acompanhar a aplicação da Carta a nível local através de planos de ação comunais para a proteção da criança, inspirados no plano de ação nacional e facilitará igualmente a recolha de dados sobre as suas actividades de proteção da criança e contribuirá para o relatório nacional sobre as medidas tomadas para dar activar às disposições da Carta.

9. Encontro com a Rede de Prevenção e de Luta contra os Abusos Sexuais de Crianças (ACRIDES)

Durante a sua visita a Cabo Verde, o Comité visitou a rede nacional de proteção das crianças contra o abuso sexual. Esta rede, que existe há 25 anos, tem como missão a promoção e a proteção dos direitos da criança e, sobretudo, a proteção contra a violência. Segundo a coordenadora da rede, Senhora Lourença Tavares, estão a contribuir para a proteção das crianças contra a violência através de um conjunto de iniciativas, entre as quais a petição lançada para a criação de um dia nacional contra a violência sexual, instituído a 04 de junho. Para além desta iniciativa, contribuíram

também para a elaboração do código penal e para a proposta de um projeto de lei contra a violência sexual, bem como para a iniciativa dos embaixadores dos direitos da criança. O Presidente informou igualmente a delegação da presença de representantes da ACRIDES em todas as ilhas de Cabo Verde. A rede trabalha em estreita colaboração com as instituições envolvidas na proteção da criança e procura reforçar a sua colaboração para chegar a todas as redes de instituições governamentais e das grandes cidades. São realizadas campanhas de sensibilização sobre a luta contra a violência nas famílias, nas comunidades e nas escolas.

Acrescentou que a rede tem um plano de actividades baseado em várias áreas, incluindo o reforço das capacidades e a divulgação de informação e formação para professores nas escolas, associações comunitárias e instituições religiosas; e actividades de sensibilização para a denúncia, especialmente nas famílias.

No que diz respeito à denúncia de casos de exploração sexual de crianças, o acompanhamento das queixas é da responsabilidade das instituições governamentais, mas a rede desempenhou um papel importante na criação de centros de sensibilização sobre o tema do abuso sexual e na instalação de quatro salas de escuta para crianças vítimas de abuso sexual.

10. Reunião com o Parlamento das Crianças e dos Jovens

A delegação encontrou-se com representantes do Parlamento das Crianças e dos Jovens de Cabo Verde. Durante o encontro, as crianças parlamentares apresentaram o seu mandato e as suas funções. Sublinharam o seu empenho na defesa, proteção e promoção dos direitos das crianças e adolescentes Cabo-verdianos. As crianças parlamentares informaram a delegação de que tinham recebido cursos de formação sobre a promoção e a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. No exercício do seu mandato, elaboraram um programa de actividades e participam no processo de decisão através de cartas que transmitem as suas recomendações ao governo, incluindo as suas preocupações e propostas de solução. A consulta das crianças parlamentares e a tomada em consideração das suas opiniões durante as sessões parlamentares é um dos avanços notáveis do governo de Cabo Verde no envolvimento das crianças no processo de tomada de decisões, reforçando a sua capacidade de exercer autonomia pessoal e de participar nas decisões que as afectam.

Reconhecendo os progressos realizados pelo governo, as crianças parlamentares manifestaram a sua preocupação com os desafios persistentes que as crianças Cabo-verdianas enfrentam, incluindo a responsabilidade parental, a violência e a saúde mental. Acrescentaram que, entre as questões discutidas com o governo, as piores formas de trabalho infantil e a pobreza são obstáculos à educação. As piores formas de trabalho infantil em Cabo Verde são um fenómeno que interfere com a escolaridade das crianças, privando-as da oportunidade educativa ou obrigando-as a tentar conciliá-la e forçando-as a abandonar a escola mais cedo, reduzindo assim as suas possibilidades de escolher uma profissão e aumentando consideravelmente o risco de delinquência juvenil. Os membros do Parlamento das Crianças sublinharam a necessidade de intensificar os esforços para proteger as crianças contra a violência, incluindo a violência no ambiente digital. O fenómeno das crianças privadas de um ambiente familiar ou confiadas aos cuidados das avós são práticas inculcadas pela cultura, que evidenciam problemas na

sociedade que requerem a ação dos governos. Deve ser dada especial atenção não só à educação das crianças provenientes de meios sociais e familiares desfavorecidos, mas também à promoção da educação parental como um imperativo para o desenvolvimento da criança e da sociedade.

11. Reunião com ONG e OSC que trabalham no domínio da proteção da criança.

A delegação teve um encontro com representantes das ONG e da sociedade civil que operam no domínio dos direitos da criança em Cabo Verde, onde se realizaram debates interactivos.

A delegação do Comité reconheceu que as ONG são parceiras valiosas na promoção e proteção dos direitos da criança. O chefe da delegação salientou que os objectivos da missão consistiam em informar o governo e a sociedade civil sobre a Carta Africana dos Direitos e do Bem-Estar da Criança e o Comité. O digníssimo afirmou que o Comité está disposto a trabalhar com eles e a ajudá-los nos seus mandatos para promover e proteger os direitos das crianças Cabo-verdianas.

A representante das Aldeias de Crianças SOS de Cabo Verde referiu que a sua organização apoia crianças e jovens Cabo-verdianos em situação de vulnerabilidade para os ajudar a cumprir os seus direitos no seio da família e da sociedade, através da prestação de cuidados diurnos, educação e assistência médica nas ilhas de São Tiago, São Vicent e Fogo. Ela sublinhou que as Aldeias de Crianças SOS em Cabo Verde apoiam 726 crianças e jovens, 170 das quais beneficiam de programas de cuidados alternativos e 555 de programas de apoio à família, cujo objetivo é de fortalecer as competências parentais e a autonomia económica das respectivas famílias. Para além destes programas, a organização renovou o programa de formação em emprego e empreendedorismo Santa Catarina, destinado a desenvolver as competências e a capacitação dos jovens para os preparar para o mercado de trabalho e o empreendedorismo.

Explicou que a associação trabalha diretamente com as crianças para reabilitar a sua saúde, e com os centros de reabilitação para organizar visitas domiciliárias e actividades de expressão artística, incluindo dança e arte clássica. A responsável salientou ainda que o país enfrenta muitos desafios no domínio dos direitos da criança, nomeadamente a pobreza das famílias, que é um dos factores que dificulta a continuidade da educação. A taxa de desemprego das famílias é também constante e as mães têm dificuldade em encontrar um lugar onde deixar os filhos para quando devem trabalhar, deixando-os muitas vezes sozinhos em casa. Durante os debates realizados, foi revelado que, apesar das iniciativas existentes em colaboração com vários ministérios, nomeadamente o investimento na educação especial, a melhoria do poder de compra das famílias e o reforço da capacidade dos pais para cuidarem dos seus filhos, continuam a existir grandes desafios, nomeadamente no que diz respeito à questão da responsabilidade parental, à violência e à saúde mental agravada pela pobreza, bem como à falta de dados estatísticos desagregados relativos à deficiência e aos locais onde se encontram.

A responsável salientou que a organização recebe um apoio financeiro mensal do governo para fazer face às necessidades da associação e prestar serviços técnicos. No entanto, sendo Cabo Verde um país insular, continua a haver dificuldades em encontrar

locais adequados para a realização das suas actividades e equipamentos adaptados às crianças portadoras de deficiência.

Para concluir, a delegação informou igualmente os representantes das ONG de que tinha realizado reuniões com representantes do governo e de algumas das questões que tinham sido levantadas. A delegação congratulou-se com a existência de uma coligação da sociedade civil e duma plataforma de ONG e encorajou-as a apresentar recomendações aos organismos de controlo dos tratados a nível regional ou internacional e a fornecer informações aos governos. Informou as ONG que, no que diz respeito ao relatório a apresentar ao Comité, este espera que o governo prepare o relatório em consulta com as instituições nacionais de direitos humanos (INDH), as ONG e a sociedade civil, de modo a que o processo seja o mais abrangente e inclusivo possível. Foi também afirmado que o Comité encoraja as coligações nacionais de OSC a apresentarem relatórios complementares (alternativos) sobre as medidas tomadas pelo Estado para implementar a Carta. O Comité convida igualmente as OSC a apresentarem o referido relatório numa sessão à porta fechada, a fim de obter informações equilibradas sobre os direitos da criança no Estado Parte. Foi também informado de que o Comité está disposto a prestar assistência, com o apoio dos seus parceiros, aos governos e às OSC em termos de formação sobre a preparação dos relatórios.

12. Visita guiada à Praia

Os membros da delegação visitaram a sala de escuta na Praia. A delegação foi recebida por representantes do Ministério da Justiça. Durante a visita guiada, os membros da delegação viram todas as salas, incluindo os espaços de receção das queixas, a audição da criança, a sala de reconhecimento do agressor e um espaço de lazer. Constataram que, no âmbito deste projeto, as crianças vítimas de violência serão acolhidas e assistidas, com proteção total durante todo o processo, incluindo assistência médica e psicológica e garantias de tratamento digno.

Workshop sobre a preparação do relatório inicial

Uma das actividades da Missão foi a organização de um workshop consultivo sobre a preparação do relatório e sobre a situação dos direitos da criança em Cabo Verde, organizado pelo Comité. O workshop reuniu representantes dos ministérios responsáveis pela proteção da criança e outras partes interessadas, incluindo OSC. O workshop foi aberto com os discursos de abertura do Sr. Wilson Almeida Adão, Chefe da Delegação e Relator Nacional, e da Sra. Joana Rosa, Ministra da Justiça. Após os discursos de abertura, foi feita uma série de apresentações sobre os seguintes tópicos:

Apresentação da Carta e do Comité: Composição e mandato

O Deputado Wilson Almeida Adão fez uma apresentação sobre a Carta e o Comité. A apresentação abrangeu vários aspectos, incluindo o valor acrescentado da Carta e os direitos nela protegidos, a composição do Comité, a Mesa e os procedimentos especiais, bem como o mandato do Comité.

Apresentação do mecanismo de apresentação de relatórios do Estado Parte: Procedimento e ciclo de apresentação de relatórios

O Sr. Wilson Almeida Adão fez uma apresentação sobre o procedimento de apresentação de relatórios, o ciclo de apresentação de relatórios, o formato do relatório do Estado e as directrizes para a sua preparação e apresentação. Na sua apresentação, sublinhou que o processo deve ser tão abrangente e inclusivo quanto possível. Indicou também que a preparação do relatório do Estado a nível nacional é um processo governamental que envolve frequentemente a contribuição de vários ministérios e autoridades públicas, e que o relatório deve também ser preparado em consulta com as instituições nacionais de direitos humanos (INDH), as ONG e a sociedade civil. O Comissário disse aos participantes que o relatório deve indicar as medidas nacionais tomadas pelo Estado a nível legislativo e político para cumprir as suas obrigações em matéria de direitos da criança, os progressos realizados pelo Estado no cumprimento dessas obrigações, as eventuais dificuldades encontradas e os objectivos que se propôs atingir para reforçar a aplicação da Carta.

Apresentação sobre a situação dos direitos da criança em Cabo Verde por Maria do Livramento Silva, Presidente do ICCA.

Durante a sua apresentação, a Sra. Maria do Livramento Silva descreveu as várias medidas adoptadas pelo Governo para responder eficazmente às dificuldades enfrentadas pelas crianças Cabo-verdianas. Entre elas, as medidas jurídicas, políticas e institucionais que o Estado Parte tem posto em prática no domínio da infância e da adolescência. No que diz respeito ao quadro jurídico relativo às crianças, informou que Cabo Verde aderiu a numerosos instrumentos internacionais que estabelecem a protecção dos direitos das crianças.

Para a implementação desses instrumentos, Cabo Verde criou vários mecanismos institucionais, entre os quais o Instituto Cabo-verdiano do Menor (ICM), criado em 1982 e renomeado Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA) em 2006, que é responsável pela promoção e implementação de políticas para crianças e adolescentes e pela protecção e defesa dos direitos da criança através da intervenção a nível nacional. A Comissária referiu que os tribunais, o Ministério Público, o CNDHC, os Comitês Municipais de Defesa dos Direitos da Criança (CMDDC) e as ONGs trabalham em conjunto com o ICCA na área dos direitos da criança.

No que diz respeito ao sistema de protecção dos direitos da criança, o Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado pela Assembleia Nacional em 2013 como instrumento regulador da criança e do adolescente, está actualmente a ser revisto. Ela observou que o número de registos de nascimento aumentou significativamente, abrangendo 97% das crianças até 2020. No que diz respeito ao direito à coabitação familiar, ela observou que o ICCA trabalha para reintegrar as crianças na família e apoiá-las sob a forma de pensão alimentícia. Relativamente ao acolhimento e apoio institucional de crianças, referiu que as crianças podem ser acolhidas por uma instituição 24 horas por dia, existindo um centro de acolhimento de emergência a funcionar na Praia, especialmente para crianças vítimas de violência. O acolhimento é feito por ordem judicial, normalmente por um ano, mas há crianças que estão no centro há 10 anos sem possibilidade de reintegração. Em 2017, foi adoptado um plano de acolhimento (creches municipais e domiciliárias), o que levou a um aumento do número de creches criadas a nível municipal. Existem igualmente

instituições que asseguram o acolhimento de crianças durante o dia para garantir que as crianças ficam o menos tempo possível sem supervisão enquanto os pais trabalham. No que diz respeito ao direito à saúde e ao desenvolvimento, ilustrou os progressos realizados com a diminuição da taxa de mortalidade infantil de 25 ‰ (2008) para 13 ‰ (2018). Além disso, a taxa de desnutrição crónica diminuiu de 13% (2009) para 9,6% (2018). Também foram feitos progressos na saúde dos adolescentes em termos de gravidez na adolescência, que diminuiu de 15% (2005) para 12% (2018). As adolescentes e as mães grávidas podem agora continuar a estudar.

Acrescentou que as crianças têm acesso ao ensino gratuito e obrigatório até ao segundo ano do ensino secundário. Também existe ensino gratuito para pessoas com deficiência ou necessidades especiais. A taxa líquida de escolarização aumentou de 82% para 95%. Em termos de conceção pedagógica, o ensino foi igualmente reforçado com a introdução da aprendizagem de línguas estrangeiras a partir do 6.º ano (1.º ano do ensino secundário). O direito à cultura, ao desporto e ao lazer é garantido a nível nacional através da concessão de bolsas de acesso à cultura, bem como do acesso gratuito à Internet nas praças dos centros urbanos.

No que diz respeito ao direito à proteção no trabalho, referiu que a Constituição proíbe a exploração do trabalho infantil e o Estatuto da Criança e do Adolescente proíbe o trabalho antes dos 15 anos, enquanto a lista de trabalhos perigosos proibidos às crianças pelo governo está a ser revista para reforçar a proteção das crianças trabalhadoras.

No que diz respeito ao direito de participação das crianças, foi salientado que este direito é garantido pelo Parlamento das Crianças, bem como a liberdade de expressão, e que as crianças com mais de 12 anos podem criar associações.

Foi igualmente adotado um plano de ação nacional de prevenção e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes 2022-2024. E para poder intervir nos casos de violação dos direitos das crianças, as denúncias ou queixas relativas a casos de abuso podem ser recebidas e dirigidas às autoridades competentes vinte e quatro horas por dia através do número verde 8001020. Referiu ainda a implementação de projectos que visam a remoção e reabilitação de crianças que vivem na rua, e campanhas de sensibilização que abrangem várias regiões do país.

Em conclusão, o apresentador reconheceu que, apesar dos progressos realizados na proteção das crianças, embora promissores, ainda há um longo caminho a percorrer para responder eficientemente aos problemas das crianças.

Apresentação pelo secretário do comité interministerial

O Sr. João Gomes Duarte, Secretário Executivo da Comissão Interministerial para a Elaboração dos Relatórios Nacionais sobre os Direitos Humanos, fez uma breve apresentação da Comissão Interministerial, da sua organização, composição, mandato, funcionamento e acções realizadas até à data.

Salientou que o compromisso do Estado com os internacionais impõe ao país a obrigação de apresentar relatórios periódicos em relação a cada instrumento assinado ou ratificado. Nesse sentido, o Governo, através da Resolução n.º 55/2017, de 15 de

junho de 2017, criou a Comissão Interministerial para a Elaboração dos Relatórios Nacionais sobre Direitos Humanos, posteriormente alterada pela Resolução n.º 98/2022, de 26 de outubro de 2022, destinada a assegurar a elaboração dos relatórios nacionais, iniciais e periódicos obrigatórios decorrentes das convenções internacionais sobre direitos humanos e protocolos adicionais de que Cabo Verde é parte. Esta Comissão é composta por representantes de vários departamentos governamentais, cujos membros foram nomeados por despacho do Primeiro-Ministro.

Acrescentou que a Comissão Interministerial é coordenada pelo Gabinete do Primeiro-Ministro, que actua como Secretário Executivo e presta o apoio técnico e administrativo necessário ao seu funcionamento. Na sequência da revitalização da Comissão Interministerial e da nomeação do Secretário Executivo, foram estabelecidos contactos com as várias instituições responsáveis pelas questões dos direitos humanos, a fim de coordenar e conjugar esforços com vista a colaborar na elaboração dos vários relatórios. O Comissário salientou que a CNDHC era um parceiro de referência, dada toda a experiência acumulada no domínio dos relatórios sobre os direitos humanos.

O Comissário referiu que a Comissão já realizou reuniões regulares de avaliação e aprovação de instrumentos de trabalho, bem como reuniões com instituições envolvidas em questões de direitos humanos. Por conseguinte, a Comissão está atualmente a preparar relatórios sobre outros protocolos e convenções, incluindo a Carta Africana dos Direitos e do Bem-Estar da Criança.

Por fim, sublinhou que, embora exista uma vontade política de apresentar o relatório sobre a implementação do CADBE, é importante continuar a contar com a colaboração frutuosa do Ministério da Justiça, que tutela os direitos humanos, do CNDHC, do ICCA e de todas as instituições envolvidas no processo de elaboração do relatório, bem como com a colaboração do Comité Africano de Peritos sobre os Direitos e o Bem-Estar da Criança.

Após as apresentações, as trocas e discussões entre a delegação e as várias autoridades e actores que participaram no workshop centraram-se na situação geral dos direitos da criança em Cabo Verde, incluindo esclarecimentos sobre a idade de casamento das crianças, as medidas tomadas para apoiar as famílias para facilitar a reintegração da criança e sobre como utilizar o trabalho realizado no âmbito da proteção da criança para elaborar um relatório objetivo que reflecta a realidade do país e reflecta os progressos e o desenvolvimento alcançados em todos os anos desde a ratificação, bem como sobre as formas e os meios disponíveis para continuar a interagir ativamente com o Comité e participar nas suas actividades.

No final do seminário, no seu discurso de encerramento, a Presidente do ICCA reafirmou o compromisso de continuar a trabalhar com todas as partes interessadas no sistema de proteção dos direitos das crianças, de reforçar os esforços do governo para proteger as crianças a nível nacional e de apoiar todas as acções para implementar a Carta e apresentar o relatório e o seguimento. Em nome do Comité, o chefe da delegação, o digníssimo Wilson Almeida Adão, exprimiu a sua profunda gratidão ao Governo da República de Cabo Verde por ter acolhido a delegação e pelas disposições tomadas para facilitar o bom desenrolar da missão. Elogiou a vontade política das autoridades cabo-verdianas de se empenharem na proteção dos direitos das crianças. Em seguida,

agradeceu ao CNDHC pelo seu apoio a esta missão e pelo seu apoio constante, antes de agradecer a todos os participantes pela sua presença e pelas suas contribuições, bem como por terem partilhado a sua experiência e os seus conhecimentos com a delegação do Comité. O Presidente do Comité salientou que as reuniões geraram grandes expectativas e manifestou o desejo de que o governo e as partes interessadas se concentrem na preparação e apresentação do relatório ao CAEDBE. Concluiu confirmando o empenho do Comité em colaborar com todas as partes que trabalham em prol dos direitos e do bem-estar das crianças no país.

VII. Pontos de ação identificados :

- O Governo comprometeu-se a apresentar ao Comité o seu relatório inicial sobre a aplicação da Carta Africana dos Direitos e do Bem-Estar da Criança em 2023;
- O ICCA, as OSC e o CNDHC trabalharão em colaboração com o governo e o Comité Interministerial para a preparação dos relatórios nacionais sobre os direitos humanos e prestarão todo o apoio necessário;
- As OSC e as NHRIs solicitam as Directrizes para o Estatuto de Observador/Filiado e, se possível, em Português, a fim de se candidatarem ao estatuto de observador/filiado junto do CAEDBE para reforçar o envolvimento com o Comité e participar no seu trabalho;
- No que diz respeito à situação dos direitos da criança Cabo-verdiana e a outras questões levantadas, o Comité congratula-se com os progressos realizados pelo Governo de Cabo Verde na área da proteção da criança e reconhece a necessidade de um maior empenho em determinadas áreas e compromete-se a acompanhar o país na melhoria da situação das crianças e a fazer recomendações para enfrentar os desafios encontrados após a apresentação do relatório do Estado Parte.